filiado a CUT BRASIL

SINTESPE

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Impresso Especial
9912284272/2011-DR/SC
SINTESPE
CORREIOS

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Maio 2012 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

DIAS 24, 25 E 26 DE MAIO DE 2012

4º CONGRESSO

DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NÃO AS PRIVATIZAÇÕES

SINTESPE
Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC.
Praça: Olívio Amorim, 82 – Centro – Florianópolis/SC.
Fone/Fax: (048) 3223-6097 - site: www.sintespe.org.br email: sintespe@sintespe.gov.br

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO 4º CONGRESSO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL - SINTESPE

Em cumprimento aos artigos 9º e 124 do Estatuto, a Diretoria Executiva, por meio de seu Presidente, convoca o 4º Congresso dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual, a ser realizado nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2012, na cidade de Florianópolis, para analisar a situação real da categoria e as condições de funcionamento e desenvolvimento da sociedade brasileira, para definir o plano de lutas e reivindicações, bem como, discutir e aprovar propostas de alterações do estatuto do Sindicato. A participação nesse Congresso será por meio de delegados eleitos por local de trabalho, segundo critério de proporcionalidade ao número de filiados por órgão ou setor, na forma fixada pelo Regimento Interno Congressual aprovado pela Diretoria Executiva. Textos, contribuições e propostas de alterações estatutárias, poderão ser apresentados para discussão e deliberação do Congresso, com prazo de inscrição até o dia 15 de maio de 2012, sendo obrigatória a sua divulgação no *site* do SINTESPE (www.sintespe.org.br) e no caderno de textos a ser distribuído aos delegados inscritos para o Congresso.

Florianópolis, 30 de Abril de 2012.

Antonio Luiz Battisti
Presidente do SINTESPE

Mario Antonio da Silva
Secretário Geral do SINTESPE

SINTESPE realizará o IV CONGRESSO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

A prestação de contas é uma obrigação de todos aqueles que recebem um mandato. A atual gestão do SINTESPE apresentou nas eleições do Sindicato seus compromissos com os servidores e estes compromissos foram referendados pela maioria dos votos da categoria.

Nada mais justo que no IV Congresso do Sindicato a direção apresente o que fez para ser avaliado coletivamente pelos delegados, que, a partir do que foi feito, vão apontar o que ainda precisa ser realizado. A consequência desta discussão do balanço de atividades deverá ser a aprovação de um Plano de Lutas para o próximo período.

Outro objetivo é aprimorar a forma de organização da categoria por local de trabalho e assegurar uma maior representatividade junto aos membros da Direção Executiva e do Conselho de Representantes, além da fixação de regras claras e com prazos que possibilitem o amplo debate de idéias e propostas para avançar na luta pelos direitos dos servidores.

A eleição de delegados será em reuniões e assembléias convocadas pelo Sindicato, levando-se em consideração a proporcionalidade em face do número de filiados por órgão, sendo o Congresso deverá reunir 150 a 180 delegados.

O prazo para apresentação de documentos ou contribuições para os debates no IV Congresso vai até o dia 15 de maio de 2012, que tem como tema central "A Defesa dos Serviços Público, Contra as Privatizações".

SINTESPE mantém negociações pelo atendimento das reivindicações

Mesmo obtendo importantes conquistas em 2011, como o estabelecimento de uma data base no mês de janeiro, para os reajuste anual; a reposição da inflação em 8% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o aumento do valor do vale-alimentação, os servidores públicos de Santa Catarina junto ao Sindicato ainda têm muitas lutas e mobilizações pela frente, garante a diretora do Sintespe, Marlete Gonzaga, lotada no Deinfra em Blumenau.

O estabelecimento de um canal de conversações com a Coordenação de Negociação de Governo(CONER), onde o SINTESPE tem defendido além das reivindicações gerais e específicas, questões que dizem respeito aos servidores por local de trabalho.

Assembleia reúne servidores da educação, saúde e Deinfra

Não é razoável, por exemplo, que desde 2007 os servidores estão sendo lesados no direito a promoção anual na sua data de aniversário. Não é razoável que o governo corte o abono alimentação do servidor em licença para tratamento de saúde, quando a lei não veta este pagamento. É injusto que os servidores da educação lotados fora do edifício sede da Educação sejam os únicos que não recebem qualquer tipo gratificação.

Nas negociações junto ao CONER, o SINTESPE tem estabelecido prioridade para a busca de soluções que nem ao menos precisariam de nova legislação, bastando apenas a vontade política para que o governo reconhecesse e respeitasse direitos da categoria.

Veja, ao lado, os principais itens da pauta de reivindicações que vem sendo debatidas com o CONER.

O QUE QUEREMOS DO CONER

1-Revisão do enquadramento dos servidores inativos que por erro dos setoriais de pessoal foram mantidos na Lei Complementar nº81/93, a contar de julho de 2010;

2-Implementação da "Progressão por Tempo de Serviço" e a imediata regulamentação da Progressão por Qualificação ou Desempenho Profissional;

3- Em face da tramitação na Alesc do Projeto de Lei nº 0044.8/2011, de origem governamental, o Sintespe propõe:

a) Correção da VP ou VPN em índice equivalente à majoração do vencimento do servidor atingido pela LC nº 15.159/2010

b)Que a Gratificação de Produtividade passe a incidir sobre a atual tabela de vencimento, passando a incidir os demais reajustes autorizados por lei.

4-Pagamento do Abono Alimentação aos Servidores em licença para tratar de saúde, Pagamento integral do porcentual de 20% previsto na Lei 254/2003, aos servidores remanescentes do quadro único civil de 1993, que estão lotados na Segurança Pública e Justiça e Cidadania.

5-A exemplo de Projeto de Lei dos servidores do Imetro, requeremos a definição e o encaminhamento da extensão da Gratificação de Produtividade, ainda neste ano, dadas as tratativas já avançadas nos setores da Educação e da Agesc.

balancete

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS - 2012

RECEITA	JANEIRO	FEVEREIRO
Mensalidade de Associados	5.687,32	140.925,38
Receitas de Precatórios	-	773,54
Receita de Locação	-	486,50
Receita de Aplicações	1.064,76	2.206,06
TOTAL DAS RECEITAS	6.752,08	144.391,48
DESPESA		
PESSOAL E ENCARGOS	67.669,77	53.389,04
DESPESAS GERAIS		
Agua e Esgoto	-	103,16
Alimentação/Refeições	97,14	1.698,08
Cartórios	-	46,80
Combustiveis e Lubrificantes	-	659,27
Correios e Malotes	156,45	-
Energia elétrica	646,04	498,55
Estacionamento	-	21,00
Honorários Profissionais	2.000,00	2.000,00
Impostos e Taxas Diversas	-	265,72
IPVA, Licenciamento e Taxas	-	1.333,44
Manutenção em Programas	800,81	1.033,64
Manutenção e Reparos	322,13	719,55
Material de Expediente	-	40,00
Material de Higiene	-	252,95
Material de Uso Permanente	-	30,00
Outras Despesas	-	217,60
Segurança do Patrimônio	147,44	147,60
Seguros	1.397,84	1.071,54
Telefones e demais comunicações	2.778,74	2.165,29
Tarifas Bancárias	159,92	219,41
Viagens/Estadias/Passagens	-	139,50
IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		
- Publicação/Faixas/Cartazes/etc	6.226,00	3.450,00
- Radios/TV/Som/etc	750,00	800,00
ATIVIDADES SINDICAIS		
- Complemento Salarial	1.487,25	2.427,25
- Contribuição a CUT	11.962,25	11.962,25
- DIESSE	431,53	431,53
ASSESSORIA JURIDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	8.211,90	17.994,35
DIRETORIA E REPRESENTANTES		
- Alimentação/Hospedagem/Passagens/Locação Transporte	713,25	1.633,16
- Combustiveis e Lubrificantes	-	110,00
- Outras Despesas	2.700,00	2.700,00
DELEGACIA REGIONAL DE LAGES	1.492,58	1.547,73
DELEGACIA REGIONAL DE CHAPECÓ	912,79	1.107,54

SJC e SSP

O caminho é reforçar a luta

O pagamento correto da gratificação de 20% da GAF, sua ampliação para 60%, a implementação das promoções por tempo de serviço, a incorporação do abono e um plano justo de Cargos e Salários estão na pauta de reivindicação dos servidores civis que estão lotados nas Secretarias de Segurança Pública e de Justiça e Cidadania. Por sinal estes servidores são os únicos que integram o Plano de Cargos de 1993 da Administração Direta.

A Comissão que foi eleita no ano passado, voltou a ser reunir no dia 26 de abril, na sede do SINTESPE, e definiu um calendário de reuniões e discussões que visam retomar a cobrança de respostas aos documentos protocolados no ano passado junto aos titulares das duas Secretarias.

Direção do Sintespe reuniu novamente servidores no dia 26/04.

A batalha desses servidores acontece desde 2007, quando o governo fez a última reforma administrativa e dali pra frente, "se esqueceu" ou fez questão de esquecer do segmento.

Agora é preciso fortalecer o grupo e reestabelecer o cronograma de reunião com o governo. Da reunião, foi acordado que a servidores por local de trabalho, abrangendo todas as 22 regiões do Estado.

Outra iniciativa foi reforçar o pedido de nova audiência com Ada de Luca e também em breve será convocada nova reunião com todos os servidores do setor.

saúde

Sintespe quer Gratificação de 100% para todos

Durante a reunião do dia 12 de abril, foi escolhida uma Comissão formada com representantes de todas as microrregionais, responsável por organizar os analistas técnicos da saúde por local de trabalho, e foram definidas ações de mobilização da Campanha pela extensão da gratificação de 100% da produtividade paga somente aos médicos, desde 2010, para os demais Analistas Técnicos em Gestão e Promoção de Saúde. Também foram levantadas situações de congelamento do valor das vantagens incorporadas antes da lei do plano de cargos, que para o SINTESPE precisam ser corrigidas pelo índice de reajuste ou majoração do vencimento do servidor. Outro pleito diz respeito à necessidade de mudança do cálculo do valor da gratificação que vem sendo aplicado sobre o valor do piso, quando o correto seria a média do valor da tabela, como por exemplo sobre o inicial do nível 8-A.

Maria Cláudia Oliveira, vice–presidente do Sindicato, alerta que é imprescindível a união de todos os profissionais do setor na campanha para a conquista do direito que lhes foi negado até agora. Por isso, todos devem comparecer à próxima reunião e participar das discussões. Logo que for confirmada a data da próxima reunião, o Sindicato vai comunicar à categoria.

Vice presidente do Sindicato fala aos servidores da saúde na reunião, dia 12/04

Sindicato do Trabalhadores do Serviço Público Estadual de SC - Publicação oficial que expressa a posição da Diretoria Executiva do SINTESPE Sede: Pça. Olívio Amorim, 82 - Centro - Fpolis/SC / CEP 88020-090 Fone / Fax: (48) 3223 6097 (sintespe@sintespe.org.br / www.sintespe.org.br) - Delegacia Criciúma: (48) 9946-5936 - Delegacia Chapecó (49) 33238638 delchapeco@sintespe.org.br - Delegacia de Joinville: (49) 30265934 joinville@sintespe.org.br, Delegacia Lages: (49) 3229 0023 delages@sintespe.org.br - Impressão: DC - Tiragem: 11 mil exemplares - Distribuição gratuita e dirigida

Dia 9 de maio tem Assembléia Geral dos Analistas da Educação

A maior injustiça já vista no serviço público acontece na Secretaria Estadual da Educação. Lá os servidores que integram o quadro administrativo e técnico e atuam fora da sede central, só recebem o vencimento da tabela geral e recebem 0% de gratificação de produtividade. Aqueles que desempenham suas funções no edifico sede em Florianópolis ganham 60% de produtividade (o valor corresponde a 60% da tabela da GAF). Para se ter uma idéia, um servidor com 10 anos de serviço, no cargo de nível médio, desde 2006 tem seu vencimento fixo em R$ 900,00, acrescido agora com 8%. Neste caso as perdas ultrapassam a 32%.

É por este motivo que os servidores da Educação lotados nas escolas estaduais, Cedups, Cejas e colégios agrícolas do estado estão mobilizados desde o ano passado: querem a extensão da gratificação de 60%.

Após a realização de uma assembléia em abril, os servidores seguiram até a sede da Secretário onde o SINTESPE protocolou solicitação de uma audiência com o Secretário Eduardo Deschamps. Na oportunidade o chefe de gabinete Mauro Tessari, assegurou na presença de todos, que a Secretário estava ciente da reivindicação e que a intenção era contemplar o pleito da categoria em um projeto de lei que trataria de vários assuntos relativos a estrutura da Educação, com prazo inicial para conclusão no final de maio, todavia, registrou "que o governo estava suspendendo o encaminhamento em face da greve do magistério".

Outra iniciativa do SINTESPE foi relatar ao líder do governo da Assembléia Legislativa, Deputado Edison Andrino, o pleito da categoria, oportunidade em que foi solicitado que mantivesse contato com o titular da Educação visando assegurar a audiência, isto aconteceu no 19 de abril pela vice-presidente do Sintespe, Maria Cláudia e diretores Sebastião e Pedro Paulo.

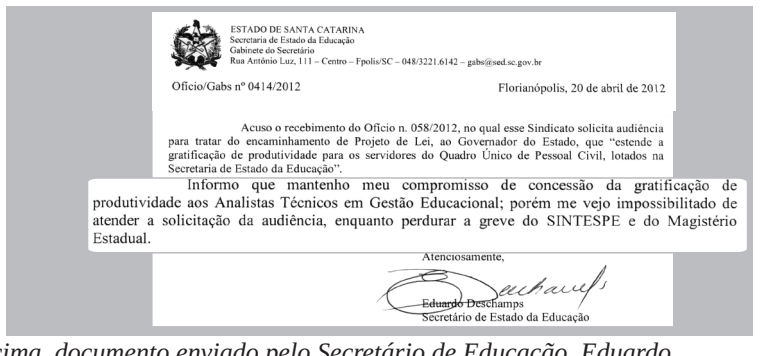
O SINTESPE recebeu recentemente documento/resposta do Secretário, assegurando seu compromisso em corrigir esta injustiça. Ocorre que os servidores precisam ter esta garantia do governador Colombo, já que situação idêntica já aconteceu no final do ano passado, onde ninguém do governo era contra, todavia, quando do envio de projetos de leis para a ALESC os analistas foram mais uma vez esquecidos.

Para dar sequência a mobilização os servidores da Educação voltam a se reunir em nova assembléia geral no dia 9 de maio, às 14 horas, em frente a sede da Educação, em Florianópolis, para tanto o SINTESPE conclama a todos a organizar caravanas de todas as regiões.

Vídeo relata a luta

O Sindicato produziu um pequeno vídeo sobre as ações desses servidores para a conquista da gratificação. O vídeo está pode ser assistido no link vídeos, na página do Sintespe.

Na foto, analistas reunidos em frente à Secretaria de Educação, dia 25.



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação
Gabinete do Secretário
Rua Antônio Luz, 111 – Centro – Fpolis/SC – 048/3221.6142 – gabs@sed.sc.gov.br

Ofício/Gabs nº 0414/2012 Florianópolis, 20 de abril de 2012

Acuso o recebimento do Ofício n. 058/2012, no qual esse Sindicato solicita audiência para tratar do encaminhamento de Projeto de Lei, ao Governador do Estado, que "estende a gratificação de produtividade para os servidores do Quadro Único de Pessoal Civil, lotados na Secretaria de Estado da Educação".

Informo que mantenho meu compromisso de concessão da gratificação de produtividade aos Analistas Técnicos em Gestão Educacional; porém me vejo impossibilitado de atender a solicitação da audiência, enquanto perdurar a greve do SINTESPE e do Magistério Estadual.

Atenciosamente,

Eduardo Deschamps
Secretário de Estado da Educação

Acima, documento enviado pelo Secretário de Educação, Eduardo Deschamps ao Sintespe, em que se compromete a estender a Gratificação.

deinfra

Sindicato vai ajuizar Ações Coletivas em maio

Servidores do DEINFRA representando quase a totalidade das regionais do Estado compareceram a reunião convocada pelo SINTESPE no dia 12 de abril, quecontou com muitos informes e discussões a respeito de ações judiciais coletivas que a assessoria jurídica do Sintespe está concluindo e deve ajuizar, no mês de maio.

Essas ações são motivadas pelo fato da direção do DEINFRA ter se negado a responder ao requerimento assinado pelo SINTESPE, ASDER e ASD, reivindicando o fim do congelamento dos valores da produtividade e das Vantagens Incorporadas.

Só a título do congelamento da Gratificação e Produtividade, os servidores chegam a perder até 35% do seu valor, isto porque, mesmo com a majoração da tabela a partir de 2010, os servidores do DEINFRA continuaram a receber os mesmos valores da Produtividade com base na tabela de vencimento de 2009.

A diretora do SINTESPE e funcionária do DEINFRA (Blumenau),Marlete, constata que "este é o pior momento desde que foi criado o DER, estamos esquecidos, perdendo nossos espaços que são doados e transferidos, os funcionários estão se aposentados e não é realizado concurso, por isto além do salário temos que demonstrar ao governo que a terceirização é mais cara e não contribui para um plano estratégico da manutenção e ampliação da malha viária estadual".

Ao mesmo tempo foi identificado que no ano passado várias reuniões aconteceram isoladamente, dando a impressão que tudo seria solucionado, só que depois de um ano nada de concreto aconteceu. Muitas dessas reuniões nem o SINTESPE nem os servidores das reuniões foram informados.

Em reunião, dia 12/04, Diretoria do Sintdicato e assessoria jurídica informam servidores sobre as Ações Coletivas.

As ações não possuem custos para os afiliados ao Sindicato e visam o reajuste imediato e a cobrança das diferenças devidas desde julho de 2010, na Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual. A gratificação correspondente a 0,84 do vencimento do Nível e Referência em que o servidor está contemplado na tabela salarial não vem sofrendo correção correspondente ao aumento dos vencimentos pela descompactação da tabela; na VP 222/02 – que trata da Guia de Recolhimento Tributário – que também deve sofrer reajuste de acordo com o aumento dos vencimentos. Ainda, será proposta uma ação visando o reajuste das VPs. - Vantagens Pessoais - relativas à incorporação de Gratificação de Função e de incorporação de Cargo Comissionado, as quais devem sofrer aumento no mesmo percentual da descompactação da tabela.

A expectativa da Assessoria Jurídica é obter o julgamento favorável das ações, pois já há precedentes da Justiça para situações iguais a estas, de congelamento de VPs e de Gratificação, que vêm afetando os servidores do DEINFRA. Na reunião, também foram tratadas questões relativas às aposentadorias por tempo de serviço, por idade e por invalidez.

paridade

Aposentados têm reunião dia 18 de maio

A direção do Sintespe está convocando todos os servidores públicos estaduais aposentados para uma reunião que será realizada dia 18 de maio, às 14 horas, no Sindicato, em Florianópolis.

Além de definir os delegados para o Congresso Estadual que acontece dias 24,25 e 26 de maio, na reunião serão discutidas as ações dos aposentados na luta pela paridade e por outros direitos. A Emenda Constitucional nº 70/2012, promulgada pelo Congresso Nacional dia 29 de março, garante a paridade aos aposentados por invalidez permanente a partir de 2004 ou que venham a se aposentar, o direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo. Ou seja, os proventos não serão mais vinculados ao reajuste geral da Previdência Federal.

Para fazer cumprir a lei, o Instituto de Previdência do estado tem até 180 dias para fazer o receber esse direito. E, de acordo com Adriano Zanotto, presidente do Iprev , esses levantamentos já estão sendo feitos.

O Sintespe comemora junto à categoria essa vitória resultante de muita mobilização. Esse é o fim de mais uma injustiça aplicada pelo Governo aos trabalhadores que dão todo o seu suor a serviço do estado e que, quando deixam de trabalhar por motivos forçados, acabavam desprovidos de direitos e parte de salários.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO 2012

Grupos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1	27	27	28	26	28	27
2	30	28	29	27	29	28

Grupos	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1	27	29	26	26	28	27
2	30	30	27	29	29	28

Liberdade e Autonomia Sindical

Vamos todos dizer não ao Imposto Sindical

Desde o início de abril, a direção do SINTESPE esta integrada no plebiscito nacional sobre o Fim do Imposto Sindical, promovido pela CUT Nacional. Além de jornal especifico e textos que denunciam os malificios do imposto sindical na organização dos trabalhadores, um abaixo assinado lançado pela CUT pede o fim da legislação que instituiu o imposto, que é que descontado compulsoriamente no mês de março dos trabalhadores. Com prazo prorrogado até 15 de junho, o plebiscito reforça a campanha da Central Sindical por Autonomia e Liberdade Sindical, tema do Congresso Nacional que será realizado em julho, próximo.

Toda quantia arrecadada da contribuição é deposita na conta do Ministério do Trabalho, pois se trata de um tributo federal. O MT, por sua vez destina os recursos do imposto sindical da seguinte forma: 10% vão para a Conta Salário e Emprego do Ministério do Trabalho; 10% para a central sindical; 5% para a Confederação; 15% para a federação e 60% para os sindicatos de base. Todavia, para que o sindicato receba os recursos o setor patronal (governo, empresa, etc) precisam indicar na Guia de Recolhimento o nome do Sindicato.

A diretoria do Sintespe sempre foi e será contra o desconto. Somos a favor da contribuição baseada na aprovação da categoria em assembleias realizadas durante a Campanha Salarial. A categoria é quem deve decidir se desconta e quanto desconta dos seus salários para manter seu sindicato.

Na 3ª Marcha dos Catarinenses (17/04) Sintespe se fez presente com Plebiscito e abaixo-assinado. Abaixo, sócios votam na sede do Sindicato

Durante a terceira edição da Marcha dos Catarinenses, realizada em Florianópolis dia 17 de abril e que reuniu quatro mil pessoas por trabalho decente com saúde, educação e segurança, reforma agrária , o Sintespe demonstrou mais uma vez sua posição e recolheu assinaturas numa banca instalada na Praça em frente à Alesc, onde iniciou o Ato.

Edgar Generoso, diretor do Sindicato dos Bancários em Criciúma, aderiu ao Abaixo assinado e depositou seu voto pelo Fim do Imposto. "Sou contra porque o imposto sustenta à obrigação estrutura artificial dos sindicatos, onde muitos sindicalistas acabam usando a estrutura sindical pra benefícios pessoais e acabam não representando, de fato, a categoria que deveriam representar", declarou.

Sindicato vai devolver todo o valor descontado dos servidores

Os servidores públicos não deveriam estar sujeitos ao desconto, também chamado de Contribuição Sindical. No entanto, um acordo entre a Procuradoria Geral do Estado e a Confederação dos servidores Públicos do Brasil feito em setembro de 2008, garantiu o desconto no salário da categoria sem o aval do Sindicato em 2010 e 2011. Nosso Sindicato entrou com uma ação judicial em 2010 pedindo a anulação do acordo entre a Procuradoria e a Confederação, já que o governo do estado não questionou os recursos jurídicos cabíveis naquela oportunidade. Para que o dinheiro do Servidor não seja usado em outras vias, o Sintespe abriu a conta na Caixa Econômica Federal, necessária para que seja repassado o valor descontado, e promete devolver a quantia à categoria.

Participe do Plebiscito. Compareça a qualquer Sindicato filiado à CUT e dê seu voto!

sc saúde

Sintespe relata na Audiência Pública reclamações ao SC Saúde

Cento e cinquenta servidores públicos estaduais filiados ao SINTESPE estiveram presentes na Audiência Pública, na Assembleia Legislativa–SC (Alesc), dia 12 de abril, que discutiu os problemas enfrentados por 180 mil servidores conveniados ao plano SC Saúde.

Na mesa da audiência estavam deputados estaduais, representantes dos Sindicatos de servidores estaduais, representantes do Governo, do Ministério Público e o presidente do Conselho Regional de Medicina Aguinel Bastian.

Mesmo com o repasse de mais de 5 milhões em 2011 aos cofres da TOP Med, gestora terceirizada do plano, o SC Saúde coleciona também dívida dos atendimentos prestados e reclamações principalmente da falta de credenciamento de prestadores de serviços, atraso no pagamento, atraso na entrega das carteirinhas. Reclamações que resultaram no abandono do convênio por parte de algumas categorias, como a associação dos praças.

Apesar dos problemas enfrentados, a Procuradora de JustiçaWalquíria Danielski, acredita que o plano possa vigorar e servir às necessidades dos funcionários do estado, e nesse sentido o Ministério Público vem acompanhando as reclamações dos servidores.

Até agora foram credencia dos 2622 médicos, para atender os 180 mil usuários, espalhados pelos 394 município catarinenses. A burocracia no credenciamento dos médicos, como a ficha negativa, também tem sido um complicador, no entanto, o SC Saúde paga 35% a mais nas consultas que a Unimed, antigo convênio da categoria, pagava. Conforme Milton Martini, se esses procedimentos são necessários por se estar tratando de dinheiro público.

O presidente do Sintespe, Antônio Battisti, entregou a Martini, à procuradora Walquíria e à deputada estadual Luciane Carminatti, proponente da audiência, uma série de reclamações sistematizadas que foram envia das pelos servidores ao Sindicato, nesses pouco mais de dois meses de existência do Plano. Para ele, o Sindicato também tem a função de identificar esses problemas e cobrar imediatamente uma solução dos gestores do SC Sáude. O Sintespe não recomenda o abandono do convênio, pois essa medida vai favorecer apenas às cooperativas privadas, como Unimed e Agemed e ao próprio governo que além de deixar de contribuir com a sua parte, poderá justificar no futuro a própria extinção do Plano, assim como já aconteceu no final da decada com o antigo IPESC.

O Secretário Martini, se comprometeu a analisar os relatos entregues e buscar resoluções.

Ficou estabelecida a realização de outra reunião dentro 30 dias a contar da audiência de um mês para analisar os avanços nas questões.

A direção do Sintespe solicita que sua base continue a enviar suas reclamações à entidade sindical. O Sindicato continuará a tabular as reclamações para entregar ao Ministério Público, inclusive para identificar as penalidade que cabe ao governo por vender um Plano que não esta tendo o atendimento integral do que consta no contrato.

O Sintespe solicita que nos casos em que as reclamações sejam solucionada, o servidor